

O ENSINO DE HISTÓRIA MEDIEVAL NO EJA E NOS CURSINHOS PRÉ-VESTIBULAR EM CATALÃO (2008)¹

THE TEACHING OF MEDIEVAL HISTORY AT YOUNG AND ADULT EDUCATION (EJA) AND IN PRE-UNIVERSITY PREPARATORY COURSES FOR VESTIBULAR IN CATALÃO CITY (2008)

*Teresinha Maria Duarte²
Diego Soares de Oliveira³*

RESUMO: O presente artigo teve como objetivo analisar os conteúdos de História Medieval nos materiais didáticos adotados nas escolas que ministravam o Ensino para Jovens e Adultos (EJA) e nos cursinhos pré-vestibular, nas escolas públicas estaduais, em Catalão, no ano de 2008. Para isso, fizemos visitas a tais escolas e um levantamento dos materiais usados no processo de ensino-aprendizagem nessas modalidades de ensino. Na análise dos materiais constatamos que os mesmos foram, com raras exceções, desenvolvidos pelos próprios professores, procurando atender a brevidade de tais modalidades de ensino, com isso, os conteúdos de História, referentes ao período medieval, foram marcados pela superficialidade e muito raramente estabelecendo uma relação com o cotidiano dos alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Materiais didáticos. História Medieval. Ensino público.

ABSTRACT: This article aims to analyze the contents of medieval history in adopted instructional materials in schools that ministered the Young and Adult Education (EJA) and pre-university preparatory courses in state of Goiás schools, at Catalão city, in 2008. For this, we made visits to these schools and a survey of materials used in the process of teaching and learning, these types of education. The analysis found that those materials were the same, with rare exceptions, developed by teachers themselves, seeking to meet the brevity of such types of teaching, with this, the content of history, referring to the medieval period was marked by superficiality and rarely established a relationship with the daily lives of students.

KEYWORDS: Instructional materials. Medieval History. Public education.

Apresentação

Quando falamos dos conteúdos de História Medieval nos materiais didáticos dos cursinhos pré-vestibulares e cursos supletivos adotados nas escolas públicas estaduais em Catalão (2008), entendemos por materiais didáticos todos e quaisquer recursos pedagógicos usados para facilitar o processo de ensino aprendizagem, como livros, apostilas, recursos imagéticos e de mídia, que as referidas formas e instituições de ensino, da rede estadual, na cidade de Catalão, recorreram no ano de 2008; enquanto os conteúdos de História Medieval foram entendidos por nós como a grade programática da disciplina História Geral que se ocupa do período medieval.

¹ O presente artigo é fruto do projeto “Os Conteúdos de História Medieval nos Livros Didáticos de História, Adotados nas Escolas Públicas Estaduais em Catalão (2006-2008)”, coordenado por nós.

² Doutora em História. Professora do Departamento de História e Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás - Campus de Catalão. E-mail: teresinha_duarte@yahoo.com.br

³ Graduado em História – Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão. E-mail: oliveira.diego Soares@yahoo.com

A presente pesquisa teve como objetivo central a verificação de como os conteúdos de História Medieval são tratados nos materiais didáticos dos cursinhos pré-vestibulares e supletivos, nas Escolas Públicas Estaduais de Catalão, no ano de 2008. Isso significa que desejávamos saber que tipo de materiais didáticos foram empregados como recursos pedagógicos, para o processo de ensino-aprendizagem da disciplina História, especialmente no que toca ao recorte História Medieval, assim como indagávamos pelos conteúdos acerca da Idade Média que tais materiais veiculavam, como os mesmos eram disponibilizados, tratados e ensinados.

Para alcançar os objetivos propostos pela pesquisa, o primeiro passo foi descobrir quais instituições escolares possuíam tais modalidades de cursos, dentro da Delegacia Regional de Ensino, em Catalão, naquele ano. Saber, também, quais eram os materiais utilizados e que conteúdos transmitiam.

Para isso, iniciamos a pesquisa com visitas às escolas. Encontramos quatro escolas estaduais que ofereciam o curso supletivo, denominado atualmente E.J.A. (Ensino para Jovens e Adultos) e dois cursinhos pré-vestibular. Os primeiros eram oferecidos no Colégio CEJA Prof^a. Alzira de Souza Campos, Escola Estadual Rita Paranhos Bretas, Colégio Estadual Maria das Dores e Escola Estadual Prof.^a Zuzu; quanto aos cursinhos, encontramos dois recém-inaugurados no segundo semestre daquele ano pois, até então, o único cursinho pré-vestibular, oferecido na rede pública, estava na rede municipal. Naquele ano, eles foram criados no Colégio Estadual Polivalente Dr. Tharsis Campos e na Escola Estadual Abrahão André.

Com relação aos cursos supletivos, percebemos que os mesmos apresentavam duas modalidades de ensino: Fundamental e Médio. O CEJA Prof^a. Alzira de Souza Campos e o Colégio Estadual Maria das Dores oferecem o curso para o Ensino Médio (ali, os conteúdos de História Medieval são dados durante o 2º ano) e as Escolas Estaduais Rita Paranhos Bretas e Prof^a Zuzu oferecem o supletivo para o Ensino Fundamental.

Conhecer o material didático mostrou-se uma tarefa problemática. Antes, porém, esclarecemos que de acordo com Santos (2000, p. 163), entendemos que tal conceito se aplica a todos os recursos pedagógicos utilizados no processo de ensino-aprendizagem e às formas de saberes que o professor adquire para ensinar e aprender.

Somente no CEJA conseguimos conhecer o material didático na primeira tentativa, pois os professores ainda não haviam registrado no quadro negro ou mesmo comentando o material por eles produzido acerca da Idade Média. Depois de algumas visitas a outras escolas, conseguimos obter cópias dos cadernos de alunos frequentes às aulas ministradas pelo professor da disciplina. As aulas de História eram restritas: uma aula por semana, num curso de duração semestral. Os cursinhos pré-vestibulares tiveram, no curso inteiro, um total de duas aulas de História Medieval.

Em um segundo momento, concluímos que seria necessário estendermos a nossa análise dos materiais didáticos ao cursinho pré-vestibular da Prefeitura de Catalão, que não faz parte da rede estadual, porém foi o primeiro cursinho da rede pública oferecido na cidade.

Depois de recolhidos os materiais didáticos, partimos para a análise, a qual atentou para a forma como seus autores discutiam processos históricos como cristianismo, feudalismo (formação, apogeu e crise), bem como as possíveis relações entre propriedade senhorial e propriedade alodial, o comércio e as cidades durante a Idade Média. Procuramos verificar se os autores faziam ou não alguma confusão nos recortes temporais e se aprofundavam ou não sobre o assunto referido. Observamos se havia nesses materiais didáticos, para cursinhos, o papel do cristianismo e da igreja medieval como formadores do conhecimento intelectual, cultural, social e político. Outrossim, notamos se havia alguma menção à História Medieval portuguesa. Verificamos se esses materiais didáticos traziam trechos de fontes históricas medievais. Por fim, averiguamos se os professores recorriam a filmes ou outros recursos da mídia moderna, para facilitar a aprendizagem do período medieval e examinamos também os exercícios.

Tal análise se repetiu em todos os materiais e os resultados foram comparados para compreendermos como os conteúdos de História Medieval eram tratados por seus autores (os

professores da disciplina). Primeiramente, notado-se que tais materiais, quando impressos, como no CEJA (Ensino Médio) e Escola Estadual Prof^a. Zuzu (Ensino Fundamental), apresentam um conteúdo bastante conciso e só no material do CEJA apareceram algumas gravuras, em preto e branco. Nas demais escolas analisou-se o caderno de alunos. Outra constatação que fizemos é o não uso de livros didáticos, mas de outros recursos tais como apontamentos no quadro e apostilas. Ambos os recursos são elaborados pelos professores e, segundo eles, isso se deve às características dos referidos cursos, como o fato de serem intensivos e, portanto, breves e para tais modalidades de ensino o Estado não oferecia livros didáticos.

Desta maneira, constatamos que não há uma forma única de materiais didáticos para os cursos aqui analisados, pois cada escola possui um material didático próprio, visto que o Estado não distribui livros para essas modalidades de ensino. Sendo assim, utiliza-se como material os saberes do professor e algumas pesquisas feitas por ele em livros didáticos. Entendemos que o fato de não usarem livros didáticos e os materiais terem sido elaborados pelos professores não constituem problemas.

Vários estudiosos já analisaram essa questão e fizeram algumas constatações. Fonseca (2003, p. 49) afirma que “o livro didático é, de fato, o principal veiculador de conhecimentos sistematizados, o produto cultural de maior divulgação entre os brasileiros que têm acesso à educação escolar”. Mas salienta que, atualmente, os maiores compradores de livros didáticos são: o Estado, as escolas públicas e particulares. Sendo estes consumidores exigentes, os livros didáticos com erros de conceito, desatualizações e que veiculam preconceitos raciais, políticos e religiosos são retirados do mercado e excluídos da escolha dos livros a serem adotados no ensino escolar. A partir de 1985, através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), iniciou-se a política para a distribuição do livro didático no Brasil (FONSECA, 2003, p. 54).

Circe Bitencourt (2004, p. 302) lembra que pode ocorrer de os livros didáticos conterem algumas informações errôneas, como fomentar a prática do ensino tradicional. Pode acontecer também que um livro, considerado o melhor pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura), não promova a ligação entre professor, aluno e texto, onde os primeiros discutirão sobre o conteúdo. Neste caso não é um bom recurso pedagógico.

Segundo Santos (2008, p. 167) o processo de ensino e aprendizagem é determinado pelos saberes do professor. Estes saberes ou conhecimentos são adquiridos de várias maneiras, mas a principal delas é a experiência. Assim, o professor detém o saber porque além de assimilar o conhecimento da disciplina através de livros e cursos, também aprende com a sociedade em que vive.

De acordo com Tapia e Fita (2001, p. 90-91) a relação professor x aluno é um processo motivador. Assim, para que o aluno se interesse pelas aulas de História é necessário que o professor lhe desperte o senso cognitivo por meio de recursos didáticos, e não por uma relação passiva e externa, ou seja, por mera obrigação.

Quais são as características do Ensino de Jovens e Adultos (EJA)? O EJA foi criado pela lei n. 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). As experiências anteriores remontam a 1961, quando existiam os Cursos de Madureza para jovens de 16 a 19 anos, depois, substituído pelo Projeto Minerva e, em seguida pelo Curso Supletivo. Contudo, somente a partir do parecer do Conselho Nacional de Educação, em 2000, que esses cursos supletivos passaram a se designar como EJA.

Schneider, Schwartzman & Bof (2009) escreveram sobre essa modalidade de ensino. Na perspectiva de Schneider (2009, p.1), o EJA surgiu para “resgatar uma dívida social” em que muitos cidadãos não tiveram a oportunidade de frequentar uma escola no tempo regular. Para confirmar esta noção a autora retoma a Constituição Federal de outubro de 1988, artigo 208, inciso I, onde se diz que a educação fundamental deve ser para todos e que tenham direito à escolarização os jovens e os adultos que não se escolarizaram em tempo regular. Então a tarefa do EJA é dar esse acesso e permanência de jovens e adultos nas escolas.

Schneider (2009, p. 3-5) conta como se firmou os passos para uma educação gratuita a todos os cidadãos no Brasil. Lembra que na Constituição Imperial, de 1824, no Título 8, artigo 179, inciso XXXII constava que “a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”. Mas em 1891, a República retirou este artigo que dava a ideia de que a educação gratuita condicionava a alfabetização e o voto. Já em 1934, a educação retornou ao seu eixo de gratuidade, passando a ser direito de todos, garantindo a todos os cidadãos o acesso à escolarização. Mas, foi a partir da década de 1940, que a educação de adultos passou a ser enfocada com maior veemência.

Já, em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei n. 4.024/61, no artigo 27 dizia: “O ensino é obrigatório a partir dos 7 anos e só será ministrado na língua nacional”. Essa lei foi a primeira desse caráter e indicava inclusive que se alguém começasse a estudar após essa idade, caberia criar classes especiais ou cursos supletivos para eles. Programas foram criados como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e o Programa Nacional de Alfabetização de Adultos, o qual se baseava nas orientações de Paulo Freire. Entretanto, só em 1971, com a lei n. 5.692/71, é que se criaram as regras para os programas de cursos supletivos. Entretanto, só foi a partir de 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei n. 9.394/96, nos artigos 37 e 38, é que se organizou a Educação de Jovens e Adultos.

Schneider (2009, p.10-11), utilizando resultado de pesquisa junto a professores que atuam em Escolas Municipais de Ensino Fundamental de municípios da região do Vale do Taquari e que atendem classes de jovens e adultos, notou que dos vinte professores que atuavam no EJA, somente quatro é que não possuíam ensino superior completo. Muitos desses docentes usavam como metodologia de ensino a ligação do conhecimento com a realidade dos alunos utilizando também: leituras, jogos, vídeos, seminários, trabalhos em grupo, músicas, aulas práticas e outras. Disto, pode-se concluir que as escolas que mantem o curso do EJA poderiam também criar novos materiais para ensinarem, ao invés de ficarem presas aos livros, apostilas e anotações no caderno.

De acordo com Schwartzman & Bof (2009), pode-se averiguar que duas forças impulsionaram a busca por maior escolaridade entre os brasileiros: “a percepção generalizada de que a educação é o meio mais importante para conseguir trabalho e reconhecimento na sociedade; e o uso, por parte dos empregadores públicos e privados, dos diplomas escolares como critério cada vez mais importante para a seleção de trabalhadores e funcionários no mercado de trabalho” (BOF; SCHWARTZMAN, 2009, p.1).

O mercado de trabalho exige requisitos formais dando maior importância ao diploma do que à competência das pessoas. Por isso, as escolas e, sobretudo, o EJA tentam reproduzir os mesmos moldes que o mercado optou, com a seguinte ressalva: ao invés de reproduzir os cursos de ensino fundamental e médio seriados, deveriam optar por “desenvolver conteúdos que fossem específicos para os diferentes grupos sociais envolvidos. A outra maneira é não abrir mão da equivalência estrita entre os diplomas escolares das duas modalidades” (BOF; SCHWARTZMAN, 2009, p. 3).

Entretanto, o EJA nem sempre é bem visto e ainda possui uma conotação de má opção. Muitos alunos acima de 18 anos ainda preferem o ensino regular, porque consideram o EJA com avaliação frouxa e fácil ganho de diploma e o ensino regular com maior exigência para se preparar para o mercado de trabalho. Assim, o título de quem faz EJA passa a ser reconhecido como sem valor. E essa questão é gritante quando se observa que a “Educação de jovens e adultos” engloba um ensino que passa a ser utilizado “para todo o espectro de atividades de educação não formal, da alfabetização à preparação para os exames supletivos de nível médio” (BOF; SCHWARTZMAN, 2009, p. 3).

Os autores afirmaram que nas últimas décadas houve um crescimento significativo da educação brasileira a ponto de universalizar o ensino. Mesmo que o número de alunos no ensino superior tenha aumentado ainda é o ensino fundamental que agrupa o maior número de matriculados. No entanto, há, até o momento, muita evasão; por algum motivo, muitos alunos desistem de frequentar as salas de aula. O EJA vem justamente preencher estas lacunas, 2,2% de jovens estão retornando para a escola e fazendo o EJA (BOF; SCHWARTZMAN, 2009, p. 8). Todavia, o número de pessoas

inseridas nos programas supletivos é insignificante e o número de analfabetos nestes cursos é ainda mais insignificante. A prevalência de redes públicas estaduais e municipais proporcionando os programas do EJA são maiores do que os da rede privada e do que o sistema federal.

As taxas de conclusão do EJA, segundo Schwartzman & Bof (2009, p. 13), são surpreendentes. A maioria conclui o curso. A ampliação do EJA nas escolas públicas nos últimos anos ocorre em função do programa “Fazendo Escola”, em que o governo federal juntamente com governos estaduais e municipais, repassa os devidos recursos às escolas conforme o número de alunos matriculados no EJA.

Os cursos supletivos sempre tiveram a liberdade para atribuir um método de avaliação aos alunos de acordo com cada escola. Só que a maioria desses alunos era aprovada. A desconfiança do governo sobre esse método avaliativo criou o “Exame Nacional de Certificação e Competências de Jovens e Adultos” (ENCCEJA). Este exame padronizou as formas avaliativas e os conteúdos a ensinar, organizados a partir de cada área de conhecimento (BOF; SCHWARTZMAN, 2009, p. 15).

Bem, já sabemos que os materiais didáticos utilizados no EJA e nos cursos pré-vestibular, em Catalão, foram confeccionados pelos professores que, depois de lerem livros e apostilas e outros textos, aglutinam as diversas informações existentes em cada um deles formando o seu exclusivo material didático. É importante ressaltar que cada um daqueles materiais didáticos possuía suas particularidades: alguns são impressos ou feitos pelos próprios professores, como as apostilas; outros, como resumos e esquemas, são ditados ou escritos no quadro durante as aulas e copiados pelos alunos e são, em algumas turmas, o único recurso para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem.

Entendemos que, em parte, essa situação seja resultado daquilo que alega boa parte dos professores: a maioria dos alunos está há alguns anos longe das salas de aulas, e quando retornam para estudar encontram dificuldades em recordar e assimilar o que aprenderam, e uma vez que os estudantes declararam não dispor de tempo para se dedicar aos estudos, o professor evita ensinar muitos conteúdos. Além disso, alunos e professores argumentam que os cursinhos pré-vestibular se propõem a aprendizagem visando a aprovação em algum concurso ou vestibular e os cursos supletivos se destinam à obtenção de um diploma de conclusão do curso. Então, cabe, agora, verificarmos como apareciam, naqueles materiais, os conteúdos de História Medieval.

Analisando os conteúdos de História Medieval nos materiais didáticos coletados

Os conteúdos de História Medieval, contidos nos materiais didáticos do “Colégio Estadual Maria das Dores” (Ensino Médio), foram os primeiros a serem analisados. Totalizam, no caderno de um aluno, três folhas manuscritas. Os conteúdos abordados foram: “Feudalismo: características básicas”; “Obrigações servis” e “A vida cultural na Idade Média”.

O Feudalismo, neste material, foi visto como uma organização autossustentável, com poder descentralizado, tendo servos e senhores como personagens. O material omite a menção ao espaço e ao tempo; depois, omite também, uma comparação histórica que cada região da Europa medieval desenvolveu diversas formas de Feudalismo. Mendonça (2006, p. 142) aponta uma tese, por exemplo, de que Portugal não conheceu o Feudalismo, como sistema jurídico-político, “pois desde cedo a conquista e organização do território se centrou, pelo menos teoricamente, nas mãos de um único senhor, o Rei”. Ademais, mesmo quando se toma o Feudalismo estritamente como organização socioeconômica, há que se levar em consideração que, lado a lado com a propriedade senhorial, sobreviveu o alódio, ou pequena propriedade privada. Não dito isso, o aluno pode entender que o Feudalismo foi um modo de produção e de vivência, idêntico em toda a Europa Medieval.

Entendemos que o conteúdo “Feudalismo” veio no início do material didático porque foi considerado sinônimo de Idade Média. Contudo, só do século IX adiante é que se pode perceber claramente as suas características. George Duby (1978, p. 173) afirma que este sistema foi constatado em torno do ano 1000. Esta afirmação do autor não muda a noção de que a Idade Média

já havia se iniciado em séculos bem anteriores, quando o Império Romano entrou em crise e o papa substituiu o Imperador de Roma, além de manter suas funções sagradas. O sistema feudal resultou dessa situação interna do Império Romano, somada às consequências das grandes migrações dos povos germanos – mais comumente conhecidas como invasões bárbaras – nos territórios imperiais, onde os desprotegidos se abrigaram nos domínios dos mais fortes, no caso, dos senhores de terra, oferecendo os seus lotes em troca da proteção; depois, recebendo-as como benefícios, devendo, por isso, pagar uma renda.

Uma das perspectivas positivas que esse material apresentou diz respeito ao termo “Idade das Trevas”. Veja o que o material registra: “A Idade Média foi chamada por alguns de ‘Idade das Trevas’, pois acreditavam que neste período não houvesse criações culturais [...]. O momento em que as normas eram quebradas representava a liberdade de expressão e de criação cultural [...]” (Material didático manuscrito - caderno de aluno do Colégio Estadual Maria das Dores, 2008, p. 3). Para comprovar essa afirmativa argumentamos que, nem sempre a igreja controlou todas as atitudes dos homens; quando as normas foram burladas deu-se vazão às inúmeras manifestações culturais, criou-se universidades, as cidades cresceram e muitas obras foram escritas (2008, p. 5). Esse domínio da igreja medieval, segundo o material didático, só se quebrou de fato, com as rebeliões religiosas denominadas protestantes (2008, p. 4).

Na colocação, o uso da expressão “foi chamada por alguns de ‘Idade das Trevas’, significa que atualmente não é mais usual, desmistificando o chavão “Idade das Trevas”. Para Mello (1994, p. 44) “caiu há tempos sua [da Idade Média] identificação como a ‘Idade das Trevas’, porém no Brasil “as [formas de pensamento] da ignorância ainda não se dissiparam”. Esta situação confirma o que Dias (1994, p. 47-52) ressaltou. Segundo a autora, a História Medieval ainda sofre preconceitos entre nós, quando é referida como Idade das Trevas. Entretanto, ressalta que, nos cursos de História, estes termos foram superados.

Sem datações, o material didático do Colégio Estadual Maria das Dores não apresenta a tradicional divisão da Idade Média em Alta e Baixa Idade Média, e nem avalia as possíveis causas que levaram ao seu surgimento, apogeu e declínio. Mesmo assim a leitura do referido material permite perceber a compreensão do(a) professor(a) acerca da essência do mundo medieval. Para ele/ela tal período não passou de um mundo repleto de crendices e verdades absolutas, em que as pessoas eram totalmente submissas aos dogmas da Igreja. Por outro lado, ponderou, conforme é sublinhado entre os medievalistas, que o homem medieval se situava, na sociedade, a partir das três ordens; segundo o material didático: a primeira, a do clero; a segunda, a da nobreza; e a terceira, a dos servos, representando 97% da população. Sendo assim, foram três os sujeitos do mundo medieval: os que rezavam, os que militavam e os que trabalhavam.

É interessante ressaltar que, na visão do já citado material, a igreja exercia um controle sobre as criações culturais; ocultando a informação que os resquícios da cultura Greco-romana sobreviveram graças a esta instituição que guardou códices e os recopiou e os transmitiu aos pósteros, sustentando durante todo o tempo, escolas paroquiais e diocesanas e as universidades que nasceram em seu seio.

No CEJA Prof^a. Alzira de Souza Campos, o conteúdo sobre Idade Média se dividia nos seguintes capítulos: “A formação do feudalismo”, “A economia feudal e sua transformação”, “A Europa na Baixa Idade Média”. O primeiro capítulo inicia-se com a origem do Feudalismo: “[este] começou a se formar com a crise do Império Romano e entrou em declínio no século XIV” (Material didático impresso sobre Idade Média do Colégio CEJA, 2008, p.1). O modelo clássico de Feudalismo, segundo o mesmo material, deu-se na França e na Alemanha. Explica-se a origem do termo Feudalismo pelo termo feudo, um benefício – terra – que o senhor “doava” ao servo. Este não tinha poder positivo sobre o imóvel, que era usado somente para seu trabalho e sustento. Quanto às ordens, o material identifica os que oravam e os que trabalhavam sem expor os que militavam. Sobre a sociedade, havia servos que moravam nos arredores dos castelos, eram os camponeses livres conhecidos

como vilões. Essa questão nos reporta a outro mito que envolve a Idade Média: a maioria dos livros didáticos e apostilas descrevem-na como o período em que os trabalhadores eram todos servos e esquecem-se dos trabalhadores livres.

O capítulo seguinte, “A economia feudal e sua transformação”, menciona que o comércio e o artesanato nunca desapareceram, porém houve inovações nos meios de produção, como: o arado de ferro, a rotação trienal das culturas, a substituição do boi pelo cavalo para puxar o arado, o aprimoramento dos moinhos, o crescimento populacional e das cidades. Isso mostra que não era um tempo em que nada se movia.

Numa análise estética deste material, contamos 14 gravuras. Encontram-se alguns pequenos textos ao lado do corpo do texto, que funcionavam como uma espécie de glossário, explicando os tipos de feudos, o que era uma abadia, o fato de comer muita carne como aspecto particular da nobreza, o que era escambo e rotação de cultura. O material ainda diz que depois da chegada dos burgueses individualistas, a população aumentou, o comércio cresceu ao lado das cidades, a fé perdeu espaço para a razão renascentista, a igreja perdeu espaço e o mundo feudal entrou em crise. Não há referência alguma sobre o papel desempenhado pelas cruzadas naquele processo de transformação.

Com relação aos exercícios, são perguntas curtas dando a entender que são recursos que auxiliam o aluno a decorar as respostas, como pudemos verificar em seus cadernos. Desta forma, entendemos que os exercícios para a fixação da aprendizagem utilizados neste curso fazem parte do ensino tradicional, conforme o descrito por Schmidt e Cainelli (2004, p. 16-17), são “os questionários, testes de múltipla escolha e exercícios com lacunas a serem completadas”. Conforme estas mesmas autoras, hoje, esse tipo de ensino tende a cair, pois as tendências atuais se engendram na transposição didática em que há “uma relação entre saber científico, o saber a ser ensinado, saber aprendido e prática social”, além, das novas linguagens adquiridas e o uso de documentos históricos em sala de aula. Acreditamos que o ensino tradicional permanece vivo nestas formas de ensino, não apenas pela questão do tempo, mas também, porque faltam algumas adaptações técnicas e econômicas nas salas de aula e o desinteresse dos alunos em aprofundar conhecimentos, pois querem apenas se formar, etc.

Na Escola Estadual Profª. Zuzu utilizava-se o material didático – uma apostila – *Caderno do Futuro – a evolução do caderno. História 7ª série. Resumo da matéria. História Geral – Da Pré-História ao Final da Idade Média*, de Marlene Ordoñez. Nesta escola, os conteúdos de História Medieval eram ministrados na 7ª série do ciclo fundamental. O conteúdo Feudalismo era o que direcionava as aulas, por mais que o material contivesse mais assuntos pertinentes sobre o mundo medieval. Os itens e subitens eram: “O Feudalismo”, “As origens do feudalismo”, “A sociedade feudal”, “A economia feudal”, “A política no tempo do Feudalismo”. Depois, em “As transformações no Ocidente Medieval”, “As cruzadas”, “O movimento das cruzadas”, “Consequências das cruzadas”, “A crise do Feudalismo”, “As inovações técnicas”. Ao todo eram sete páginas impressas.

O Feudalismo, segundo essa apostila, significou um sistema político, econômico e social que predominou do século IX ao XI. Monteiro (1995, p. 21-22), retomando a fala de Duby, afirma que entre os séculos IX e XI, houve um crescimento populacional. Desta maneira, entendemos que o referido material procurou se embasar em estudiosos do período, quando apontou que se a população se expandiu foi porque houve condições favoráveis. Assim, o Feudalismo teve seu apogeu naquele momento, isto é, entre os séculos IX e XI. “O Feudalismo não foi idêntico em todas as regiões da Europa” é a declaração de Ordoñez (p. 187). O fator novo nesta sua posição foi justificado, pelo seguinte argumento: “na Península Ibérica estava ocorrendo a luta entre os cristãos e os mouros. Na península Itálica, o Feudalismo convivia com a atividade urbana”. Então, na França ocorreu o Feudalismo clássico (agricultura e relações de suseranos e vassalos nos feudos – terras).

Nas origens do Feudalismo, alguns aspectos foram destacados, como a ruralização das cidades em decorrência das agressões bárbaras e árabes. Com relação à sociedade, destaca que na sociedade

feudal, havia três estamentos: nobreza, clero e camponeses. Isto está de acordo com aquilo que DUBY (1978, p. 187-189) ensina no tópico “as três ordens”. Para ele, o clero estava em primeiro plano, depois o exército ou os nobres e seguiam-se os servos. Estes possuíam funções específicas. Os servos deviam obrigações ao senhor em forma de impostos ou de serviços prestados. Ainda segundo o mesmo autor (1978, p. 185), existiam servos humildes que se enriqueciam, ou seja, nem sempre eram desfavorecidos e o Feudalismo não se constituía como um sistema rigidamente estamental. “Aproveitando-se do poder que lhes fora cedido, [os servos humildes] podiam explorar os inferiores” (DUBY, 1978, p. 185). A apostila considera a nobreza acima do clero e dos servos como estamento dominante.

O tópico “A economia feudal” estruturava-se no processo de produção autossuficiente em que havia pouca circulação monetária “e as trocas de gêneros, na maioria dos casos, eram feitas *in natura*” (ORDOÑEZ, p. 193). Até aqui, aparentemente coeso, mas no final do texto há uma afirmação: “além da agricultura, os camponeses, criavam suínos, bovinos e aves, além de abelhas para a produção de mel” (ORDOÑEZ, p. 193). Segundo Coelho (1994, p. 9-36), os portugueses medievais comiam também caprinos e pescados. Ademais, as trocas *in natura*, nas regiões mais urbanizadas como na Península Ibérica e na Itália, nunca foram predominante.

Depois, a partir do século XII e XIII, cada vez mais, o comércio passou a fazer uso da moeda e os reis entendiam que fazia parte do processo de ressurgimento do poder real fomentar o seu uso. É bem verdade também, que isto não ocorria de forma homogênea. Nesta apostila, o real motivo que levou ao fim do Feudalismo foram as Cruzadas, porém Monteiro (1995, p. 71) aponta outros elementos: o crescimento das cidades, do comércio e o aumento demográfico. O questionário, assim como em todos os outros materiais, exige respostas curtas.

O material didático do EJA da Escola Estadual Rita Paranhos Bretas, para o Ensino Fundamental, apresentou 16 páginas. O título sugestivo no primeiro capítulo é “A Idade Média”, depois se seguem, “Os germanos dominam a Europa”, “O Feudalismo: a vida no feudo”, “A sociedade feudal”, “A economia feudal”, “A igreja no período medieval”, “As heresias medievais”, “O Império Bizantino: Constantinopla um grande centro”. A Idade Média começou no século V e terminou no século XV. Segundo este material, a nossa civilização descende do mundo medieval e que este, por sinal, sofreu influências de várias culturas: grega, romana e bárbara, além da religião cristã. Também afirma que a maioria das pessoas vivia no campo, inseridos em um modo de produção chamado Feudalismo. A Germânia, além dos rios Danúbio e Reno, cercava-se de povos que ali se estabeleceram, conhecidos pelos nomes de visigodos, ostrogodos, francos, anglo-saxões, alanos, suevos, vândalos, entre outros. O material explica ainda a origem dos povos bárbaros, os quais tiveram um papel decisivo na modelação do sistema feudal, com seus costumes morais, religiosos, guerreiros, etc.

Nem sempre um material carregado de informações pode ser pedagogicamente dado como exemplar. Entretanto, gostaríamos de destacar algo que consideramos muito importante na formação de adolescentes e jovens. Esse material explorou a relação entre o passado e o presente, contribuindo para a formação de cidadania dos alunos, mostrando que o povo brasileiro também é uma mistura de várias culturas. O autor (professor), que elaborou este material, diz nas entrelinhas: o preconceito racial contra os negros, japoneses, judeus, árabes ou índios deve ser expurgado, pois desde tempos antigos, como a Idade Média, a humanidade é uma mistura de etnias e, por isso, devemos respeitar os outros, apesar de suas diferenças. Isto é uma pedagogia em prol dos direitos de todos. Além disso, o próprio conteúdo do caderno considera que as violências por diferenças de etnias, que os medievais sofreram, só levaram à mortes, epidemias e inquisições. Este ensinamento do passado transmitido para os alunos, no presente, mostra que esse caminho não foi proveitoso para a Idade Média e tampouco será para o nosso tempo.

São tantas as informações, que resolvemos valorizar aquelas que foram novidades nesta análise. O autor comenta sobre a ação da igreja, acolhendo as ordens mendicantes; a luta contra os

hereges, massacrando os cátaros; as inquisições. Mostra, porém, que a igreja não foi apenas isso, na sociedade medieval, ela também repassou todo um comportamento ético desenvolveu grandes obras intelectuais.

Com relação aos cursinhos pré-vestibular, o material do Colégio Estadual Polivalente Dr. Tharsis Campos não foi analisado, devido à metodologia adotada nas aulas. Obtivemos informação que as mesmas foram realizadas através de debates e reflexões verbais e não resultaram em alguma forma de material escrito, por causa do pouco número de aulas que tiveram. A única informação escrita disponível foi o Cronograma Curricular da Disciplina História do projeto *Inclusão ao Ensino Superior* especificando o conteúdo sobre o Cristianismo e o Feudalismo projetado pela professora da disciplina para ministrar as aulas. Ela classificou as suas aulas, a partir da divisão histórica, em Pré-História Geral, História Antiga, História Medieval, História Moderna e Contemporânea.

No cursinho pré-vestibular da Escola Estadual Abrahão André, o material didático possuía duas páginas. As frases eram enxutas, como um esquema ou ficha de leitura. “Com a queda do Império Romano do Ocidente, ocorre fragmentação do território e instala-se o sistema feudal”. No parágrafo seguinte estão escritos conceitos pressupondo que o aluno já saiba o significado de servidão medieval: “[Feudalismo] modo de produção, baseado nas relações servis, servo ligado à terra”.

Como no material didático do EJA do Ensino Fundamental da Escola Estadual Prof^a. Zuzu, as Cruzadas se transformaram no típico movimento religioso e militar causador da destruição do sistema feudal. Segundo os marxistas, todo modo de produção quando chega ao seu apogeu, cria elementos para destruí-lo. Vilar (1963, p. 37) escreve: “temos de imediato que todo elemento contrário ao princípio do modo de produção feudal prepara sua destruição”. Pensando a partir desse raciocínio, o próprio sistema feudal criou elementos para a sua destruição. Por tal abordagem, o diálogo entre este pensamento e o do material apresenta algumas fissuras. O material considera que as Cruzadas tenham dado fim ao Feudalismo. De fato, elas foram um dos sinais de crise do Feudalismo, na medida em que passou a existir um excedente de população – a população guerreira masculina, mais precisamente de segundogênitos sem herança – e a igreja, desejava de afastar a violência do seio da cristandade, atinou para a necessidade de libertar os lugares santos. Assim, criou um alvo para as ânsias de guerra daqueles “moços”, que não eram mais a população cristã ocidental. Portanto, as Cruzadas são um dos sinais de contradição do Feudalismo, embora não seja o único.

Explicita-se que surgiram relações pré-capitalistas – trabalho assalariado, novas rotas comerciais, feiras medievais – a aliança entre reis e burgueses com o afincado de aumentar o comércio e o poder. Esses elementos deveriam ser um dos aceleradores para o fim do sistema feudal. Ao invés disso, o material apenas descreve esses fatos sem conectá-los ao novo modo de viver se distinguia cada vez mais do sistema feudal. Para finalizar, o material considera a Guerra dos Cem Anos (1337-1453), como palco para o fim do período medieval, pois a queda de Constantinopla e o bloqueio comercial do Mar Mediterrâneo, já foram referenciados na Idade Moderna.

No cursinho pré-vestibular da Prefeitura Municipal de Catalão, constatou-se que, até 2008, as aulas ocorriam no Instituto Israel Macedo e contavam com uma apostila contendo só perguntas dos diversos conteúdos de História. Para a Idade Média foram oferecidas treze questões. Dentre o conteúdo destaca-se respectivamente: “O Império Bizantino ou Romano do Oriente”, “O Mundo Mulçumano”, “As Invasões Germânicas”, “As Três Culturas Formadoras da Idade Média Ocidental: romana, germânica e cristã”, “As Características do Sistema Feudal”, “A Sociedade Feudal Européia”, “A Cultura na Idade Média e os estilos arquitetônicos góticos e românicos e a filosofia medieval”, “O Século XIII como o Século Das Universidades”, “As Cruzadas e a Expansão da Civilização Cristã no Século XIII e por último A Peste Negra”.

A partir de questões objetivas, ou seja, certo ou errado, a Idade Média foi discutida num tom mais genérico, pressupondo, então, que o aluno já tivesse um pré-conhecimento daquele

momento histórico. Algumas questões foram analisadas com maior profundidade, pois apresentam conteúdos que deram melhor visão do período medieval. O material inicia o tema Idade Média pela seguinte assertiva: “O Império Bizantino ou Romano do Oriente existiu durante a Idade Média, sendo-lhe cronologicamente coincidente”. Como alternativa correta a respeito da afirmativa tem-se: “seu período de maior esplendor e expansão ocorreu sob o governo de Justiniano, que mandou fazer a codificação das leis romanas”.

A segunda questão afirma que: “O mundo mulçumano sempre foi pouco conhecido pelos países ocidentais. A imagem constituída sobre ele foi, em muitos casos, negativa”. Depois, pede-se para marcar a única alternativa errada sobre a atualidade dessa cultura. Segundo o gabarito: “a cultura mulçumana distingue-se da cultura islâmica pelo fato de que no primeiro caso há a utilização apenas do Corão, livro sagrado dos mulçumanos e, no segundo, aceita-se o Velho Testamento, base da cultura hebraico-islâmico” (Sistema de Ensino: Aprende Brasil, 2005/2008, p. 3). Nota-se que os exames exigiam atenção do aluno. O equívoco desta sentença está na distinção entre a cultura mulçumana e cultura islâmica, bem como uma confusão dos livros sagrados.

A terceira questão aborda as características do sistema feudal. Nela há mais de uma proposição correta: “os camponeses, além de produzirem o seu próprio sustento, eram obrigados a executar tarefas suplementares para o senhor e a entregar-lhe parte da produção”, “a sociedade feudal era agrária, sendo a terra a principal fonte de riqueza; na maior parte da sua existência na Europa Ocidental”, o feudalismo ligou-se a formas de governo caracterizadas pela descentralização política” (Sistema de Ensino: Aprende Brasil, 2005/2008, p. 4). Observe que o material conseguiu reunir informações básicas para identificar o Feudalismo. Outra questão para análise: “a sociedade feudal européia apresentava as seguintes características.” A resposta correta foi: “estamental – dividida entre senhores e servos – patriarcal – a religião determinava os papéis que os grupos sociais deveriam desempenhar” (Sistema de Ensino: Aprende Brasil, 2005/2008, p. 5). Note que há menção ao papel da igreja e de uma sociedade liderada por homens, aspecto que nenhum dos documentos analisados contemplou.

Numa das perguntas (Sistema de Ensino: Aprende Brasil, 2005/2008, ver p. 6) há uma citação de Duby, do livro *O tempo das catedrais*: “no coração da obra, esta ideia: Deus é luz. Desta luz inicial, incriada e criadora, participa cada criatura [...] segundo o nível em que o pensamento de Deus hierarquicamente o situou.” Aqui retrata-se o “estilo gótico que predominou na arquitetura e na escultura religiosa da Europa Ocidental no século XIII.” Apresenta-se como alternativa correta: “a luminosidade das catedrais góticas representa uma alternativa dos arquitetos da época de identificar os espaços sagrados com o entusiasmo predominante no século XIII, decorrente das boas condições de vida que se instauravam com a conjuntura e crescimento urbano, mercantil e agrícola que predominou naquele contexto. Com isso, a igreja mantinha atualizados seus discursos e presença como convinha ao otimismo da época” (Sistema de Ensino: Aprende Brasil, 2005/2008, p. 07). Como o material informou, a igreja contou, além de seu discurso litúrgico, com a arquitetura para expressar a eferescência.

Para encerrar o assunto, o material abordou a ocorrência da peste negra em Florença, em 1347, a partir de um trecho da obra de Boccaccio. As alternativas dadas como corretas foram: “a peste negra, conhecida hoje como peste bubônica, teve como elemento facilitador as péssimas condições de higiene das cidades feudais”, “a peste negra foi interpretada por muitos médicos e leigos medievais como um castigo divino”, “nesse momento, o comércio na Europa encontrava-se em desenvolvimento tendo como principais pólos cidades como Veneza, Gênova e Pisa”; “a grande circulação de diferentes moedas por ocasião das feiras fez surgir um novo personagem responsável por fazer a troca de moedas e emprestar dinheiro a juros” (Sistema de Ensino: Aprende Brasil, 2005/2008, p. 7).

Considerações Finais

Durante a análise dos materiais didáticos apresentaram-se resultados já esperados em cursos tão intensivos, que preza aqui discutir. Os materiais do EJA consideraram o Feudalismo, de forma muito parcial ora; como sistema, ora como modo de produção. Elucidaram melhor a relação suseranos e vassallos. De forma rápida, argumenta-se sobre as cidades, mais em aspectos econômicos, como: o crescimento populacional, monetário, trocas comerciais. Entendemos que as atividades motivadoras para a aprendizagem foram pobres, pois nenhum dos materiais didáticos analisados apresentou textos complementares ou documentos que instigassem a pesquisar mais sobre Feudalismo e a Idade Média.

Os cursinhos não fugiram a essa característica, exceto o material didático do Instituto Israel Macedo do pré-vestibular da Prefeitura de Catalão que contemplou alguns autores da historiografia medieval e, mesmo que sucintamente, procurou ser mais abrangente. É claro que, nos cursinhos, o assunto não é esmiuçado porque se pressupõe que o aluno já domine ou esteja mais apto para responder questões concernentes à História. Daí as perguntas objetivas serem bem elaboradas, já que muitas delas são questões de nível universitário. Os chavões aqui foram superados e deu-se ênfase no quesito conhecimento medieval: formação das universidades e filosofia medieval com os pensamentos de Santo Agostinho e Tomás de Aquino.

Entretanto, notou-se a existência de preconceito, por parte de diversos autores, afirmando que o motivo do atraso e das credices devia-se ao controle que a igreja exercia sobre as pessoas, aterrorizando-as com castigos, etc. Não se percebeu o papel social e espiritual da igreja sobre os homens medievais em nenhum dos documentos, isto é, dos materiais analisados.

Anacronismos ou erros de datações não foram identificados, uma vez que restritamente se serviu desse recurso. Contudo, certos textos não registraram nenhuma data ou lugar. Como se situar fora do tempo e do espaço? Todavia, em uma rara exceção, relacionou-se presente e passado, destacando este último.

Os próprios professores admitiram que, houve dificuldades em escolher materiais didáticos capazes de conciliar tempo-conteúdo. Com isto, uma menção à História Medieval portuguesa, não foi feita sendo esta a que nos é mais próxima. O Brasil não possui um passado medieval, porém, vários elementos da cultura medieval – desde artefatos de trabalho como a roda de fiar, o tear, o arado entre outros, até crenças, medos e esperanças – sobrevivem entre nós e nos foram passados pelos nossos antepassados portugueses.

REFERÊNCIAS

BITENCOURT, Circe. Livros Didáticos entre textos e imagens. In: BITENCOURT, Circe ET al. *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto. 2004, p. 69-90. (Coleção Repensando o ensino).

_____. Livros e Materiais didáticos de História. In: BITENCOURT, Circe. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 295-302.

BLOCH, Marc. A vassalagem e o feudo. In: *A Sociedade Feudal*. 2. ed. Tradução de Liz Silva. Lisboa: Edições 70, 1998, p. 159-189.

COELHO, Maria Filomena. Breves reflexões acerca da História Medieval no Brasil. In: *Atas da VI Semana de Estudos Medievais*. Rio de Janeiro. 2006, p. 29-33.

COELHO, Maria Helena da Cruz. Aspectos do quotidiano In: *Homens, Espaços e Poderes* (século XI – XVI). Lisboa: Livros Horizonte, 1994, p. 9-104.

DIAS, Ivone M. Perspectivas da pesquisa de História Medieval no Brasil. In *ESTUDOS Medievais*. 2. ed. Brasília. Editora da Universidade de Brasília. 1994, p. 47-52.

DUBY, Georges. A Era do Feudalismo. In: *Guerreiros e Camponeses: os primórdios do crescimento econômico europeu séc. VII-XII*. Tradução de Elisa P. Ferreira. Lisboa: Estampa, 1978, p. 173-194.

FONSECA, Selva G. A incorporação de diferentes fontes e linguagens no ensino de História. In: _____. *Didática e prática de ensino de História*. 4. ed. Campinas: Papirus, 2003, p. 163-242.

_____. Livros didáticos e paradidáticos de História. In: *Didática e prática de ensino de História*. 4. ed. Campinas: Papirus, 2003, p. 49-57.

HOFFMAN, Jussara Maria L. *Contos e Contrapontos: do pensar ao agir em avaliação*. Porto Alegre: Mediação, 1998, p. 11-32.

MARTINS, Jorge Santos. *Projetos de pesquisa: estratégias de ensino e aprendizagem em sala de aula*. Campinas: Armazém do Ipê: Autores Associados, 2005.

MELLO, José Roberto de Almeida. O pesquisador em história medieval e o público brasileiro. In: *Estudos Medievais*. 2. ed. Brasília. Editora da Universidade de Brasília, 1994, p. 43-46.

MENDONÇA, Manuela. Introdução à História Medieval de Portugal. In: *OPIS – Revista do Niesc – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas e Estudos Culturais, Dossiê Gênero e Cultura*. Catalão, v. 6. p. 142-155, 2006.

MONTEIRO, Hamilton M. *O Feudalismo: economia e sociedade*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1995.

SANTOS, Sônia Maria dos. O campo da Didática e sua relação com os saberes. In: SILVA, Sérgio Pereira da (Org.). *Teoria e prática na Educação – O que dizem: novas tecnologias; currículo, inclusão; avaliação; história; estágio; psicologia; didática e antropologia filosófica?* Catalão: Ed. UFG, 2008, p. 163-173.

SCHIMDT, M. Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione. 2004, p. 9- 47; 135-157.

SCHNEIDER, Ledi. *A Docência na Educação de Jovens e Adultos: legislação e possibilidades de formação*. Disponível em: <http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_LediSchneia.pdf>. Acesso em: jul. 2009.

SCHWARTZMAN, Simon; BOF, Alvana. *O déficit educacional e a Educação de Jovens e Adultos (versão 28/3)*. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simoneja2005.pdf>>. Acesso em: jul. 2009.

TAPIA, Jesús A.; FITA, Enrique Cártula. *A motivação em Sala de aula. O que é, como se faz*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2001, p. 65-132.

VILLAR, Pierre. Do Feudalismo ao Capitalismo. In: SANTIAGO, Theo A. (Org.). *Do Feudalismo ao Capitalismo: Uma Discussão histórica*. São Paulo: Contexto, 1963, p. 37-49.

Fontes

Cronograma Curricular da Disciplina História do projeto “Inclusão ao Ensino Superior” do Colégio Estadual Polivalente Dr. Tharsis Campos. Cursinho Pré-Vestibular, Catalão-GO: 2º semestre de 2008.

Material Didático Impresso sobre Idade Média do Colégio CEJA Profª Alzira de Souza Campos. 2º ano do Ensino Médio do Curso Supletivo, Catalão-GO: 2º semestre de 2008.

Material Didático Manuscrito em Caderno de Aluno da Escola Estadual Abrahão André, 2008, Cursinho Pré-Vestibular, Catalão-GO: 2º semestre de 2008.

Material Didático Manuscrito em Caderno de Aluno da Escola Estadual Rita Paranhos Bretas, do EJA do Ensino Fundamental, Catalão-GO: de 2008.

Material Didático Manuscrito em Caderno de Aluno do Colégio Estadual Maria das Dores, 2008, do EJA. Catalão-GO: 2º semestre de 2008.

ORDOÑEZ, Marlene. *Caderno do Futuro* – a evolução do caderno. História 7ª série. Resumo da matéria. História Geral – Da Pré-História ao final da Idade Média. Centenas de atividades. IBEP (Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas). São Paulo: s/d., p. 187-203.

Sistema de Ensino: Aprende Brasil. Aula 91, História A. Aula 02, História A. Prefeitura de Catalão 2005/2008, p. 4-7.

VICENTINI, Cláudio. *Viver a História: Ensino Fundamental*. 6ª série. São Paulo: Scipione, 2002.

Recebido em: 23 de setembro de 2011.
Aprovado em: 12 de dezembro de 2011.